

Economia - Brasil

# Palocci vive inferno astral, demonstrando calma

Dida Sampaio/AE

**Ministro enfrenta, com firmeza, investidas contra política de austeridade e respeito a contratos**

LU AIKO OTTA

**B**RASÍLIA – O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, faz aniversário só em outubro, mas parece já estar em pleno inferno astral. Os rumos da reforma da Previdência, a confusão em torno do reajuste das tarifas telefônicas e as indicações de apoio do governo federal às invasões de terra se somaram para atacar três pilares que sustentaram a credibilidade do governo até agora: a austeridade fiscal, o respeito a contratos e o respeito ao direito de propriedade. Assessores da área econômica reconheceram, na semana passada que nunca viveram um teste tão duro.

“De todos nós, o mais calmo é o chefe”, brincou um dos auxiliares de Palocci. Em público, o ministro demonstrou manter a calma. Na noite de quinta-feira, após passar o dia no Planalto negociando a reforma da Previdência, Palocci chegou ao Ministério da Fazenda, onde um grande grupo de repórteres, cinegrafistas e fotógrafos se acotovela para entrevistá-lo. “Como foi lá no Planalto?”, questionaram. E Palocci, rindo: “mais calmo do que aqui.”

O que tira o sono dos integrantes da equipe econômica é o risco de discussões como as surgidas nas três últimas semanas lançarem dúvidas sobre a solidez da política econômica e,

com isso, afastarem o investimento privado. Isso, diz uma fonte, poria em risco o ciclo de retomada da atividade econômica que se espera a partir desta segunda metade do ano.

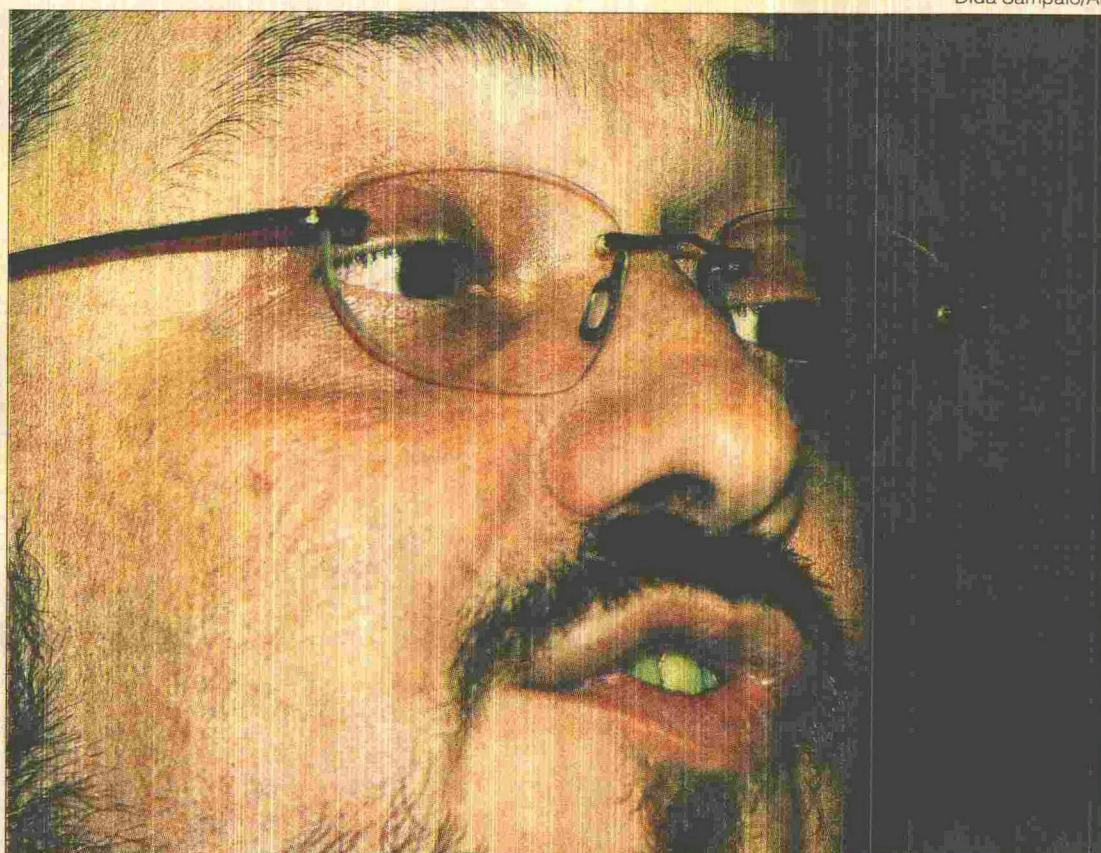
“Uma parte do governo luta contra o investimento”, ironizou o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, sócio da Consultoria Tendências. Ele citou como exemplo o ministro das Comunicações, Miro Teixeira, que incentivou o questionamento, na Justiça, dos reajustes nas tarifas de telefonia. Palocci saiu a campo, nos bastidores, para evitar que a atitude de Miro indicasse pouca disposição do governo de cumprir contratos.

Na mesma época, o ministro da Reforma Agrária, Miguel Rosseto, apoiou invasão de terras. “Ele investiu contra o direito de propriedade”, atacou Mailson.

A maior ameaça à estratégia econômica, porém, foram as mudanças na reforma da Previdência negociadas pelo presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP). A equipe econômica in-

vestiu contra a idéia de preservar a aposentadoria integral e a paridade dos reajustes entre ativos e inativos para os novos funcionários públicos. Os dois pontos foram derrubados e Palocci terminou a semana avaliando que o essencial da reforma foi mantido, mas que ela está “no limite”.

O ex-ministro do Planejamento Antonio Kandir, hoje consultor, avaliou: “Há pressão sobre a equipe econômica, mas é menor do que em outras épocas.” Mailson acha que a pres-



Palocci, sobre o pacote de desenvolvimento: “o crescimento não se dá da noite para o dia”

são está grande, mas não se alarma. “Elas dificilmente vão prosperar”, afirmou. Ele acredita que a atenção dos investidores, do mercado financeiro e dos organismos multilaterais impedirá o governo de ceder a qualquer tentação populista. “Hoje, o presidente Lula pode dizer que recebeu uma herança maldita na economia mas, se ceder ao populismo, só poderá culpar a si mesmo.”

Kandir acha que as dificuldades enfrentadas pelo governo já eram esperadas, por causa de decisões tomadas ainda na fase de transição de governo. Segundo ele, Lula tinha duas boas opções: manter no cargo o então presidente do Banco Central, Armínio Fraga, ou deixar clara a independência do BC. Como não optou por nenhuma delas, acabou gerando dúvidas sobre a manutenção da política monetária. “O Banco Central teve de

provar mais do que proporcionalmente que manteria a austeridade”, explicou. Isso teve consequências sobre a economia que se converteram em fonte de pressão política sobre Palocci e sua equipe.

**Foquetório** – Em breve, o inferno astral da área econômica ganhará um reforço: “o Produto Interno Bruto do segundo trimestre também será negativo, indicando que o Brasil está tecnicamente em recessão”, diz Mailson. Apesar disso, ele avalia que haverá mais notícias boas que ruínas pela frente. “Os juros estão caindo, o segundo semestre é sazonalmente melhor do que o primeiro para a atividade econômica e o emprego. A popularidade do governo cairá um pouco, mas não há risco de se formar um clima de desespero.”

O problema, avalia Mailson, é administrar as crescentes pres-

ções por medidas que tragam alívio à castigada economia real. “Por isso é que de vez em quando vemos um foquetório, como o do pacote do microcrédito”, comentou. “Sabemos que ele não será aquilo tudo para a economia, mas acalma a pressão.” Crescimento para valer, acredita ele, não é algo que esteja visível no horizonte. “Não tem milagre: o Brasil não

cresce mais do que 3% a 4% por ano.” Outro exemplo de “foquetório” citado por Mailson é o anúncio de que o governo prepara um grande pacote de estímulo ao crescimento. A informação foi dada pelo ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, há duas semanas, e confirmada pelo ministro do Planejamento, Guido Mantega. Furlan disse que o governo poderia reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis. Sexta-feira, ele próprio informou que o estudo havia “parado”.

Existe, de fato, uma política de crescimento em discussão no governo. Mas Palocci deu a senha de como ela será implementada: “O crescimento não se dá da noite para o dia”, afirmou. A redução do IPI das montadoras “parou” porque o Ministério da Fazenda acha que política industrial não se faz socorrendo um ou outro setor em dificuldades. Isso foi feito no passado, “resultado de demandas específicas que foram se somando ao longo do tempo”, afirmou o secretário de Política Econômica, Marcos Lisboa.

Em vez disso, o governo pretende fazer uma política industrial em que a eventual ajuda a um determinado setor seja subordinada a uma “estratégia tecnológica e industrial de médio e longo prazo”. É esse tipo de avaliação que está sendo feita no caso das montadoras.